



**MPF**  
Ministério Público Federal

Procuradoria  
da República  
em Sergipe

**PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE  
DIREITO**

2018

**INSTRUÇÕES GERAIS**

1. Este CADERNO DE PROVAS contém uma PROVA OBJETIVA, com 20 (vinte) questões de múltipla escolha, com apenas uma alternativa correta. Contém, ainda, uma PROVA SUBJETIVA, com 2 (duas) questões dissertativas, que devem ser respondidas, cada uma, em no máximo 15 (quinze) linhas.
2. Não é permitida nenhuma espécie de consulta.
3. Durante as provas, o(a) candidato(a) não deve se levantar sem autorização do fiscal da sala, nem se comunicar com outros(as) candidatos(as).
4. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA OBJETIVA e DA FOLHA DE RESPOSTA DEFINITIVA DA PROVA SUBJETIVA.
5. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação das provas do(a) candidato(a).
6. Exemplo de preenchimento do cartão de respostas:

Preenchimento do gabarito

**CORRETO**

01		B	C	D	E	31	A	B	C	D	
02	A		C	D	E	32	A	B	C		E
03	A	B		D	E	33	A	B		D	E
04	A	B	C		E	34	A		C	D	E

**ERRADO**

01	X	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E

04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E
----	---	---	---	---	---	----	---	---	---	---	---

**MPF** Procuradoria da República em Sergipe  
Ministério Público Federal

PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS

INSCRIÇÃO	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
0	1	2	3							
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
2	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
3	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
PROVA	1	2	3	4						

Exemplo para o preenchimento da inscrição nº0000123

Não é necessário o preenchimento deste campo PROVA

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**01 - Dentre as competências jurisdicionais abaixo transcritas, assinale aquela que corresponde a dos juízes federais:**

- a) As revisões criminais.
- b) As ações rescisórias de julgados seus.
- c) As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- d) Os *habeas corpus*, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição.
- e) Os conflitos de competência entre juízes federais.

**02 - Dentre as alternativas abaixo, marque aquela que corresponde às previsões constitucionais sobre direitos sociais:**

- a) A constituição define os serviços ou atividades essenciais e dispõe sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
- b) Compete exclusivamente à União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional.
- c) É competência privativa da União proporcionar os meios de acesso à cultura e à educação.
- d) É considerado princípio sensível a determinação de aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde, razão pela qual tal descumprimento não gera intervenção federal.
- e) É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

**03 - Considere inicialmente as frases abaixo e após, marque a alternativa correta:**

- 1 - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
  - 2 - São vedações impostas aos membros do Ministério Público pela constituição federal de 1988 o exercício da advocacia, a participação em sociedade comercial, na forma da lei, e o exercício de atividade político-partidária.
  - 3 - São funções institucionais do Ministério Público, a representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição, exercer o controle externo da atividade policial e defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
  - 4 - O Ministério Público é a instituição que diretamente representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria do Poder Executivo.
- a) Apenas 2 frases estão corretas
  - b) As 4 frases são corretas
  - c) Apenas 3 frases estão corretas
  - d) Apenas 1 frase está correta
  - e) As 4 frases são incorretas

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**04 - No rol abaixo, assinale a alternativa que corresponde a um ente da administração pública indireta:**

- a) INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
- b) Senado Federal
- c) Secretaria de Estado da Educação
- d) Presidência da República
- e) Ministério da Saúde

**05 - Leia atentamente as 4 frases abaixo e assinale aquela alternativa que se mostrar correta, acerca dos servidores públicos:**

- a) A remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por emenda constitucional, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.
- b) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- c) As funções de confiança e os cargos em comissão serão exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- d) É garantido ao servidor público civil e militar o direito à livre associação sindical.
- e) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para as ações de ressarcimento relativas aos ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário.

**06 - A Constituição Federal de 1988, ao tratar da intervenção do Estado na propriedade, estabelece que:**

- a) Ela é garantida aos brasileiros, mas não aos estrangeiros.
- b) As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade decorrente da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União.
- c) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;
- d) Não há necessidade de atendimento a sua função social;
- e) A pequena propriedade rural, trabalhada pela família, será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

**DIREITOS DIFUSOS**

**07 - Assinale aquela alternativa que não corresponde às previsões da lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação:**

- a) Unidade de conservação é o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.
- b) A proteção integral é a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais.
- c) Plano de manejo é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.
- d) Uso indireto é aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais, enquanto o uso direto é aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais.
- e) Conservação in situ é a restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original.

**08 - Assinale aquela alternativa que corresponde às previsões da Lei 10.098/2000, que trata da promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida:**

- a) Pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- b) A construção, ampliação ou reforma de edifícios privados destinados ao uso coletivo não necessitam de adaptação para acessibilidade, pois esta é exigência destinada aos edifícios públicos.

c) Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação, contudo não existem normas técnicas que uniformizem esses parâmetros.

d) Infelizmente não é obrigatório que a Administração Pública federal direta e indireta destine, anualmente, uma dotação orçamentária para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade e naqueles que estejam sob sua administração ou uso.

e) O Ministério Público tem legitimidade exclusiva para representar pessoas com deficiência e acompanhar o cumprimento dos requisitos de acessibilidade previstos na lei 10.098/2000.

## DIREITO PENAL

### 09 - Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A *abolitio criminis* é a descriminalização ou ab-rogação de determinada infração penal, fazendo cessar os efeitos dessa, mas não impedindo a execução de pena decorrente de sentença já transitada em julgado.

b) No Direito Penal brasileiro, considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

c) Segundo o princípio da justiça universal, relativamente à aplicação da lei penal no âmbito espacial, a lei se aplica a todo e qualquer fato punível, seja qual for a nacionalidade do agente ou do bem jurídico lesado ou posto em perigo, e qualquer que tenha sido o lugar onde tenha sido o fato praticado.

d) O ato de furar as orelhas de um recém-nascido para colocação de brincos, apesar de, formalmente, representar a possível prática do delito de lesões corporais de natureza leve, atrai a incidência do princípio da adequação social, por se tratar de comportamento socialmente aceito.

e) Segundo a jurisprudência do STF e do STJ, um dos requisitos para a incidência do princípio da insignificância é a ausência de periculosidade social da conduta.

### 10 - Assinale a alternativa CORRETA:

a) Crime próprio é aquele que só pode ser praticado pelo autor pessoalmente, a exemplo de delito de falso testemunho.

b) O Código Penal brasileiro, ao tratar da relação de causalidade entre a ação e o resultado nos crimes materiais, adotou, em seu art. 13, *caput*, a teoria da causalidade adequada.

c) Os elementos valorativos estão presentes na constituição de todos os tipos penais.

d) A conduta do agente que pratica os atos de execução do crime de homicídio, mas impede que o resultado morte venha a ocorrer, amolda-se à figura do arrependimento eficaz.

e) O erro de proibição sempre exclui o dolo, tornando atípica a conduta.

### 11 - Assinale a alternativa CORRETA:

a) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade. Entretanto, se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste, não cabendo qualquer espécie de aumento, ainda que fosse previsível o resultado mais grave.

b) Trata-se de concurso material quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, incidindo, assim, a exasperação da pena.

c) As causas extintivas da punibilidade relacionadas no artigo 107 do Código Penal são exemplificativas, podendo ser encontradas diversas outras, inclusive na legislação especial esparsa.

d) Para a doutrina dominante, o Código Penal Brasileiro, ao disciplinar o cálculo da pena, adotou o sistema trifásico, sendo observado na primeira fase da individualização as agravantes e atenuantes legais, circunstâncias estas inseridas nos artigos 61 a 66 daquele diploma legal.

e) Os efeitos específicos da condenação, segundo regula o Código Penal Brasileiro, são automáticos, não havendo necessidade de serem explicitados na sentença.

## 12 - Assinale a alternativa CORRETA:

- a) No crime de apropriação indébita exige-se uma quebra de confiança por parte do agente, eis que a vítima voluntariamente entrega bem móvel de sua propriedade ou posse, perpetuando-se o crime no momento que autor do delito se nega em devolver o objeto ao seu legítimo dono. Entretanto, se o agente, de forma premeditada, pega o bem já consciente que não irá devolvê-lo, induzindo seu dono a erro mediante o emprego de fraude, cometerá a conduta de estelionato.
- b) O crime de peculato, disposto no Código Penal Brasileiro, possui apenas modalidades dolosas. Não há em nenhuma das modalidades previsão para extinção da punibilidade em caso de ocorrer a reparação do dano pelo funcionário público antes do recebimento da denúncia, entretanto, cabe-lhe, em tendo reparado o prejuízo de forma voluntária, o direito ao instituto do arrependimento posterior.
- c) Segundo dispõe a Lei n. 9.605/98, o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente não é circunstância que atenua a pena do infrator ambiental, não podendo ser levada em consideração quando da condenação.
- d) Não é possível, segundo entendimento doutrinário predominante, a ocorrência do crime de corrupção ativa sem que exista simultaneamente o cometimento da corrupção passiva.
- e) Nos crimes contra a ordem tributária cometidos por meio de pessoa jurídica, é possível a responsabilização dessa juntamente com o seu gestor.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### 13 - Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São efeitos do princípio *tempus regit actum*, previsto no Código de Processo Penal: a) os atos processuais realizados sob a égide da lei anterior são considerados válidos; b) as normas processuais têm aplicação imediata, pouco importando se o fato que deu origem ao processo é anterior à sua entrada em vigor.
- b) Segundo o Código de Processo Penal, a lei processual penal não admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica.

- c) O inquérito policial, por ser peça informativa, é dispensável para a propositura da ação penal, mas sempre acompanhará a inicial acusatória quando servir de base para a denúncia ou a queixa.
- d) O Supremo Tribunal Federal reconheceu a legitimidade do Ministério Público para promover, por autoridade própria, investigações de natureza penal.
- e) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra do servidor público em razão do exercício de suas funções.

### 14 - Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais. São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- b) De acordo com a *emendatio libelli*, prevista no art. 383 do Código de Processo Penal, o juiz, quando da sentença, verificando que a tipificação não corresponde aos fatos narrados na petição inicial, poderá de ofício apontar sua correta definição jurídica, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- c) Segundo entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, é nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da Acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício.
- d) O *habeas corpus* não é cabível para trancamento de ação instaurada pela prática de infração penal punida apenas com pena de multa.
- e) O não atendimento à citação válida importa em revelia e prosseguimento normal do processo sem a necessidade de intimação do réu para os demais termos do processo.

**15 - Assinale a alternativa CORRETA:**

a) Diante da Lei nº 12.403/2011, o Estatuto Processual Penal passou a admitir a prisão domiciliar como substitutiva da prisão preventiva. Assim, dispõe que o juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: a) maior de 70 (setenta) anos; b) extremamente debilitado por motivo de doença grave; c) imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 12 (doze) anos de idade ou com deficiência; d) gestante a partir do 7º (sétimo) mês de gravidez ou sendo está de alto risco.

b) Caberá recurso em sentido estrito contra a decisão que concluir pela competência do juízo. Neste caso, o recurso, que poderá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias, não terá efeito suspensivo.

c) Após as modificações trazidas pela Lei nº 12.403/2011, o Código de Processo Penal passou a admitir a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado em liberdade no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, salvo se outra hipótese recomendar a manutenção da medida.

d) No procedimento comum, dispõe o Estatuto Processual Penal, que o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar: a) a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; b) a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade; c) que o fato narrado evidentemente não constitui crime; d) extinta a punibilidade do agente.

e) Sólida jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, inclusive sumulada, destaca que o benefício da suspensão do processo pode ser aplicado às infrações penais cometidas, em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, mesmo quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de 01 (um) ano.

**DIREITO CIVIL**

**16 - Assinale a alternativa INCORRETA:**

a) As pertenças, enquanto bens acessórios, sempre seguem a sorte do bem principal.

b) São considerados indivisíveis aqueles bens cujo fracionamento poderá alterar a sua substância, diminuir consideravelmente o seu valor ou ocasionar prejuízo do uso a que se destinam.

c) Consideram-se móveis para todos os efeitos legais as energias que tenham valor econômico.

d) Os bens fungíveis são aqueles que poderão ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

e) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

**17 - Assinale a alternativa INCORRETA:**

a) É nulo o negócio jurídico quando tiver por objetivo fraudar a lei imperativa.

b) É anulável o negócio jurídico por vício resultante de coação.

c) É de 4 (quatro) anos o prazo para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado no caso de lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico.

d) O negócio jurídico anulável não é suscetível de confirmação.

e) O negócio jurídico nulo não convalesce pelo decurso do tempo.

**18 - Assinale a alternativa CORRETA:**

a) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será cabível apenas no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

b) O CPC/2015, ao disciplinar o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, não admitiu que este aplicado à hipótese de desconsideração inversa da personalidade jurídica.

c) O CPC/2015 admitiu expressamente a chamada denunciação da lide *per saltum*.

d) Com o advento do CPC/2015, a intervenção do *amicus curiae* passou a ser admitida em qualquer processo, desde que se esteja em discussão matéria relevante, ou tema específico ou que tenha repercussão social.

e) No chamamento ao processo, o réu poderá requerer a qualquer tempo a citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo.

---

### 19 - Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Enquanto fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público não dispõe de legitimidade recursal.
- b) Todos os recursos previstos no CPC/2015 poderão ser interpostos no prazo de 15 dias.
- c) O Ministério Público dispõe de prazo em dobro para manifestar-se nos autos.
- d) Todos os recursos previstos no CPC/2015 são dotados de efeito regressivo.
- e) Nos recursos em geral, a extensão e a profundidade do efeito devolutivo dos recursos é sempre determinado pelo recorrente.

---

### 20 - Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O CPC/2015, assim como o CPC/1973, previu expressamente a prova emprestada.
- b) A admissibilidade da prova emprestada independe da observância do contraditório.
- c) O efeito positivo da coisa julgada impede que a questão decidida seja novamente submetida à apreciação judicial.
- d) O efeito negativo da coisa julgada impede que a questão indiscutível pela coisa julgada seja modificada, quando veiculada como fundamento de uma nova pretensão deduzida em juízo.
- e) No nosso ordenamento jurídico, em regra, a coisa julgada forma-se *pro et contra*.

## PROVA SUBJETIVA

### QUESTÃO DISCURSIVA 1 (Valor: 40 pontos)

Amadeus dirigia seu carro pela rodovia BR-101 e na altura do município de Malhada dos Bois/SE viu uma blitz formada por policiais rodoviários federais, que estavam parando todos os veículos que por lá passavam. Amadeus tinha contra si um mandado de prisão preventiva, e em vez de atender à ordem de parada que recebera de um dos policiais rodoviários federais, decidiu acelerar e "furar" a blitz para fugir, assumindo o risco de atingir e matar policiais e também motoristas que estavam parados no acostamento mostrando os documentos solicitados durante a abordagem. Ao cruzar a blitz, Amadeus estava com cerca de 150 km/h, perdeu por um rápido momento o controle do carro e atropelou e matou um policial rodoviário federal e um motorista que estava sendo fiscalizado.

Com base na situação hipotética apresentada, discorra sobre o conceito e a distinção de dolo direto, dolo eventual e culpa consciente e explique fundamentadamente se Amadeus, ao atropelar e matar o policial e o motorista que era fiscalizado, agiu com dolo eventual ou culpa consciente.

### QUESTÃO DISCURSIVA 2 (Valor: 40 pontos)

Redija, de forma fundamentada, um texto dissertativo sobre **dois princípios regentes da administração pública** (art. 37, *caput*, da Constituição Federal).

Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- I) conceito de princípios;
- II) o conteúdo de cada princípio da Administração pública, dando exemplos doutrinários ou jurisprudenciais;
- III) ao menos duas consequências jurídicas da violação aos princípios;
- IV) remédios constitucionais passíveis de uso em caso de violação a princípios.